

Conceitos Actuais da Estratégia Militar de Jomini.

Coronel
Luís Manuel Brás Bernardino



A Arte da Guerra JOMINI, Antoine Henri (1779-1869)

Nota Introdutória

A Revolução Francesa e mais concretamente as Campanhas Napoleónicas, que se prolongaram entre 1796 e 1815, são referidas por muitos pensadores militares como os principais acontecimentos charneira que determinaram, a forma de estudar a arte da guerra. Não só pela preponderância do génio militar de Napoleão e do seu corpo de Generais, mas principalmente pela repercussão que estas campanhas militares épicas tiveram na doutrina táctica e na estratégia militar. De um período histórico em que a actividade bélica constituía um assunto privado dos soberanos e dos seus Exércitos, em que apenas estes estavam vocacionados para reflectir e escrever sobre a arte da guerra, passaram a existir outros intervenientes. Esta actividade passou a constituir tema de reflexão social e motivo de escritos académicos. A guerra passou a ser um assunto transversal no seio das sociedades, envolvendo múltiplos actores conjunturais. Conflitos que mobilizavam as nações e a sua população por inteiro, retratado no lema proferido por Napoleão “...levée en masse...”. Passava a assistir-se à inclusão de um inovador conceito de “liberalismo militar”¹, extremado na essência de um “militarismo liberal”² que inundava o pensamento de políticos, sociólogos, historiadores e estrategas militares.



Decorrentes das Campanhas Napoleónicas, cujos efeitos directos e indirectos assolaram a maioria dos países da Europa no início do Século XIX, surgem diversos teorizadores e pedagogos da arte da guerra. Destes importa destacar, pela profundidade das suas obras e pela relevância do seu pensamento, duas personagens que marcaram uma época e contribuíram para a conceptualização de uma doutrina estratégica e militar inovadora - *Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz* e o *Barão Antoine Henri Jomini*. Embora tenham ambos ascendido ao posto de General, nunca chegaram a comandar tropas em combate, desempenhando essencialmente funções de Estado-Maior e de assessoria político-militar ao mais alto nível, principalmente no Exército Prussiano e no Exército Francês, respectivamente, tendo ambos, em determinado período da sua vida militar servido no Exército Russo. Contudo, resultante da experiência acumulada no desempenho destas distintas funções, beneficiou de uma partilha de conhecimentos e de uma visão estratégica das operações da guerra, inclusive na vertente logística e jurídica, o que aliado ao espírito crítico, analítico e indutivo, bem como ao apurado estudo histórico das batalhas e das campanhas militares, permitiu que compusessem obras respeitantes ao estudo da guerra, cujo teor, princípios e clareza das visões apresentadas, salvaguardando as devidas actualizações resultantes da evolução tecnológica e das ideologias modernas, se mantêm actuais e se constituem em grande medida, nas linhas orientadoras de planeamento e de conduta dos Exércitos modernos em operações militares.

Antoine Henri Jomini, cuja vida, obra e legado pensamento estratégico, pontificam no dia-a-dia de muitos manuais de estratégia militar, não parece ter recebido o reconhecimento e protagonismo que poderia merecer. Esta reflexão que aqui partilhamos é uma oportunidade para descobrir o génio militar de Jomini, e é simultaneamente uma dedicatória ao seu protagonismo como homem, estadista e militar, pois que as suas contribuições no campo da Estratégia³, da Tática⁴, da Arte Operacional e da Logística⁵ (termo de sua autoria), a sua criação de modelos de análise, a sua capacidade de antevisão e o seu conceito inovador das relações civis-militares, que serão objecto de análise, constituem o seu referencial ideológico sobre a arte da guerra. Dada a contemporaneidade com *Clausewitz*, bem como a grandeza das suas obras e ainda a forma como estes dois estrategistas complementaram os seus pensamentos estratégicos,

é de capital importância verificar que, embora tenham combatido em facções opostas das Campanhas Napoleónicas, alguns dos seus principais conceitos gerais e ideologias sobre a conduta operacional das batalhas, se aproximam ou mesmo coincidem, noutros divergem e outros há ainda em que se complementam.

Um breve apontamento biográfico

O *Barão Antoine Henri Jomini* nasceu a 6 de Março de 1779, na localidade de Payerne, na Suíça (República Helvética). Desde cedo revelou inclinação pela carreira militar, mas tanto o pedido do seu pai, um político regional e nacional, como os acontecimentos conjunturais resultantes da Revolução Francesa, demoveram-no do seu objectivo, optando antes por se tornar um economista e banqueiro. Para tal, recebeu formação em finanças e actividades bancárias nas cidades de Aarau e Basel, tendo posteriormente rumado a Paris onde trabalhou na banca durante cerca de dois anos. Após este curto período, decidiu tentar a sua sorte como corrector na Bolsa de Paris em 1798, durante o qual ficou fortemente influenciado pelos nobres ideais da Revolução Francesa e deslumbrado pelos feitos militares conseguido por Napoleão Bonaparte. Redige em Paris o "*Jornal des Operations Militaires*" e o "*Histoire critique et militaire des Campagnes de la Révolution, de 1792 à 1801*", tendo como base a observação atenta das manobras militares. Estas obras constituíram-se nas primeiras referências bibliográficas relacionada com a sua reflexão sobre o fenómeno da guerra. Entretanto, na Suíça, as tropas francesas tinham libertado zonas subjugadas por regimes aristocráticos e imposta uma Constituição Republicana e um Governo Central à Confederação Suíça. Aos vinte anos, em 1799, Jomini ingressou no Ministério da Guerra da recém- criada República Helvética como tenente Ajudante de Campo do Ministro da Guerra Helvético, vindo a ser promovido a capitão em 17 de Junho desse mesmo ano, e assumindo a função de Chefe de Secretaria do Ministério da Guerra Helvético, onde se dedicou à criação, organização e administração de um novo Exército para a defesa de uma Suíça devastada pela guerra civil, tendo publicado neste período os seus primeiros escritos militares sobre o Exército Helvético em 1800.

Em 1801, Jomini rumou novamente a Paris, com o propósito de finalmente ingressar na carreira militar, altura em que recomeça as suas pesquisas em História Militar e mais concretamente no estudo de batalhas, escrevendo sobre a Arte da Guerra, a sua primeira obra de referência internacional, o "*Traité de Grande Tactique*", mais tarde apelidado de "*Traité des Grandes Opérations Militaires*", editado em 5 volumes, em 1805. É porém o Marechal Michael Ney que ao ler o manuscrito de Jomini sobre o "*Traité de Grande Tactique*", em 1804, resolve apoiar a sua publicação, propondo ainda a sua nomeação para integrar o seu Estado-Maior como Ajudante de Campo Adjunto, proporcionando-lhe a oportunidade de iniciar uma carreira militar. Veio a juntar-se ao Estado-Maior do Marechal Michael Ney em 3 de Março de 1805, revelando-se sob o seu comando, um exímio planeador e um estratega militar de referência.

O ambiente da Revolução Francesa, a degradação e ao mesmo tempo a esperança num mundo novo mais justo, teve um grande impacto no desenvolvimento intelectual de

Jomini, pois numa época de instabilidade política e de mudança de valores, Jomini desejava a estabilidade política e militar, embora participando nas Campanhas Napoleónicas da Alemanha, Espanha e Rússia. Tentava contudo, analisando eventos políticos e militares, ver qual a lógica que residia no caos político-militar vigente, além de que defendia que uma das únicas maneiras de conseguir entrar para uma carreira castrense relevante era através dos seus textos de análise militares das batalhas e de demais aspectos conexos com a arte da guerra. Determinado em se tornar um Oficial de carreira, orientou a sua educação militar autodidacta em questões estratégicas que determinam a vitória ou derrota na guerra, analisando em que medida a política influencia a conduta da guerra. Meditando sobre as razões pelas quais o sistema internacional funciona e influencia a política, reflectindo sobre a forma como deveriam ser as relações civis-militares, bem como as actividades de comando e controlo nas operações militares.

Jomini centrou os seus estudos no nível operacional da guerra, centralizando-se nos factores estratégicos que influenciam o planeamento e a conduta. Embora sabendo-se que Jomini nunca beneficiou de uma educação militar formal, e que era praticamente autodidacta em assuntos militares, porém, devido à sua formação em comércio, banca e finanças, e à sua experiência profissional na administração pública e nas indústrias de defesa, dispunha de uma bagagem cultural que lhe permitia ter uma visão transversal da sociedade da época. Esta experiência, que exigia uma abordagem pragmática e um entendimento contextual de assuntos relacionados com a guerra, deixou uma marca no seu modo de pensar, encontrando-se retratado nas suas obras.

A abordagem directa sobre as temáticas militares e a falta de formação castrense fazia com que fosse amiudadas vezes tratado como alguém “fora do circuito” pelos outros Oficiais, comportamento que Jomini atribuía à inveja resultante da sua subida vertiginosa ao estrelato, mercê do sucesso da sua primeira obra, o *“Traité de Grande Tactique”* e mais tarde, da sua obra literária mais emblemática, o *“Précis de l’Art de la Guerre”*. Ascende ao posto de General de Divisão no Exército Napoleónico, principalmente devido ao desfecho das Batalhas de Lutzen, Bautzen e Dresde, durante a Campanha da Alemanha (1813), onde o Marechal Ney⁶ ressalta o seu papel de planeador e estratega, com reflexos positivos e evidentes no desfecho das mesmas. O Barão Jomini viria a pedir a saída do Exército Francês agastado pelos acontecimentos conjunturais das Campanhas Napoleónicas. Após a sua retirada do Exército Francês escreve o *“Histoire critique et Militaire des Campagnes de la Revolution”* (1806), com novas edições em 1819 e 1824 em Paris e Bruxelas, respectivamente e o *“Tableau Analytique des Principales Combinaisons de la Guerre et de leur Rapports avec la Politique des Etats”*, editado em Paris (1830). Ainda sobre a vida do Imperador Napoleão, por quem tinha grande admiração, escreve o *“Vie Politique et Militaire de Napoleon recontée par lui-meme au Tribunal de César d’Alexandre et de Frederic”* (1827).

Em 1815, devido à assinatura do *Armistício de Poichwitz* (1813) seria integrado no Exército Russo de Alexandre I, servindo como General em Chefe, e participando na comitiva russa que participou no Congresso de Viena (1815) como conselheiro militar do

Imperador Alexandre. Em 1826, assiste à coroação do Imperador Nicolau II e assume a educação do Grã-Duque herdeiro da coroa russa. Ainda ao serviço da Rússia escreveu em 1843, escreve duas obras relevantes sobre a estratégia militar da Rússia, nomeadamente *“La Defence de la Russie”* e *“La Politique Militar de la Russie”*. O Barão Antoine Henri Jomini, depois de ter contribuído em vida para a organização de três Exércitos, em três nações distintas, legou a sua obra literária mais conhecida, o *“Précis de l’Art de la Guerre”* (1839) e viria a falecer em 24 de Março de 1869, em Paris, tornando-se num dos estrategas militares mais estudados nas Academias Militares de todo o mundo.

Os estudos de Jomini sobre os fenómenos da Arte da Guerra.

Preocupado com os princípios que se devem adoptar no planeamento e na conduta da guerra, a sua constância e tenacidade para atingir o epíteto de estratega militar, fez com que seja merecedor de partilhar com Clausewitz a honra de ser reconhecido mundialmente como um dos principais fundadores do pensamento estratégico militar moderno. O pensamento militar de Jomini, nomeadamente as ideias expressas na sua obra magnânima, o *“Précis de l’Art de la Guerre”*, passaram a constituir um referencial para os assuntos relacionados com a arte da guerra. Os seus trabalhos de investigação podem ser divididos globalmente em dois grandes grupos: Históricos ou Descritivos e Teóricos ou Analíticos, não podendo ser no entanto, considerada esta divisão como exclusivista e ideológica, retratando apenas uma abordagem metodológica da sua obra para que possa ser mais facilmente entendível e contextualmente enquadrável. Com a História, o Jomini procura quase sempre de uma forma descritiva (sistemática e pormenorizada), procura encontrar os princípios ideológicos que expliquem as acções militares e, nas obras teóricas (ou analíticas) procura reforçar as suas ideologias, ilustrando-as com exemplos históricos esclarecedores, como forma de retratar as reflexões e convicções defendidas, contribuindo assim para a evolução do pensamento militar e do conhecimento sobre a arte da guerra.

Os estudos históricos abrangem cronologicamente as guerras de Frederico II da Prússia, as incidências militares da Revolução Francesa e as Campanhas Napoleónicas, desde 1792 até cerca do ano de 1815. Através da vasta bibliografia que teve ao seu dispor, Jomini desenvolveu um significativo e sistemático trabalho de investigação, graças à sua passagem pelos Exércitos Suíço, Francês e Russo, o que lhe permitiu dispor de fontes relevantes e de acesso a documentação e informação privilegiada. Na teoria militar, o seu primeiro livro, escrito entre 1805 e 1806 designado de *“Traité de Grande Tactique”*, fez Napoleão proferir a frase *“...isto é explicar ao inimigo todo o meu sistema de guerra...”*, tal era a profundidade e a clareza com que os princípios militares sobre a arte da guerra eram apresentados. No entanto, a sua mais importante obra literária, que constitui uma referência mundial na arte da guerra, haveria de ser o *“Précis de l’Art de la Guerre”* (1836), em que Jomini sintetiza as considerações apresentadas nas anteriores obras e apresenta as suas reflexões ao longo da vida militar sobre a arte da guerra. O livro viria a ser editado na Rússia em 1838, como manual de referência e de ensino para as Academias Militares, encontrando-se traduzida para as principais línguas modernas e chegou a ser a base do ensino militar europeu durante o Século XIX, sendo estudado

actualmente em Portugal, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a par dos grandes estrategistas militares que fizeram e fazem a história da Humanidade.

A análise das suas obras sobre a arte da guerra e sobre a estratégia militar, nomeadamente nas vertentes da preparação e condução das operações militares, principalmente as extraídas do *“Précis de l’Art de la Guerre”*, conduz-nos ao cerne do conhecimento estratégico do pensamento militar do autor, dando-nos a conhecer o génio militar do Barão Jomini. Segundo este, a teorização da arte da guerra abrange diferentes sectores, que embora interdependentes, o autor procurou sintetizar e abordar sectorialmente. Consta-se que para cada um destes sectores, Jomini, dedica um capítulo do seu livro (ou uma parte significativa do mesmo). Os aspectos abordados e que compõem a sua obra estão organizados nos seguintes capítulos: Política da Guerra; Política Militar ou Filosofia da Guerra; Estratégia; Tática Sublime e a Batalha; Logística e a Tática das diversas Armas. Iremos abordar resumidamente cada uma destas temáticas, fazendo uma reflexão sobre a actualidade e a validade conceptual destes conceitos. Ciente da magnitude do seu empreendimento, Jomini refere repetidamente que não é preciso para se ser um bom Oficial das Armas (comandante de unidades de combate) aprofundar o conhecimento em todos os aspectos relacionados com a arte da guerra (mesmo antes desta acontecer). Contudo, relata que para se chegar a General ou ser um “distinto” Oficial de Estado-Maior, seria importante reter alguns dos conhecimentos transmitidos na sua obra.

No Oficial de Estado-Maior deveria residir toda a doutrina (ou conhecimento) militar, pois é a este que lhe está, por inerência de funções, incumbida a nobre tarefa de estudar os fenómenos da guerra e de reflectir sobre as incidências no combate, elaborando os estudos que fundamentam e apoiam as decisões militares. Sendo importante também o estudo da história, pois por esta via seria possível retirar lições e aprender com os erros cometidos, tendo em vista incorporar os ensinamentos no planeamento operacional das campanhas militares em planeamento ou em curso⁷. Importa referir que o estudo de diferentes acções militares, comuns à Tática e à Estratégia, nomeadamente quando aprofunda no estudo da “Retirada” e da “Arte dos Engenheiros”, e mais precisamente como apoio à manobra das forças militares, embora não incluídos entre as Armas e o ataque ou defesa de “Praças de Guerra”, bem ainda como do estudo das diferentes formações dos Exércitos para as marchas, que embora não abordados detalhadamente nesta reflexão, constituem exemplo do vasto campo de matérias em que a reflexão estratégica e a doutrina militar de Jomini abordou.

Com a designação de “Política de Guerra”, Jomini adopta um conceito que permite elevar os aspectos relacionados com a guerra ao nível da decisão política, ao nível das decisões de Estado. Nesse contexto, e referindo-se aos critérios estruturantes que servem a um “homem de Estado”, ou seja, a quem cabe os destinos de uma nação para julgar a necessidade e a conveniência de uma guerra e, se necessário, determinar as operações militares no intuito de atingir os objectivos determinados em nome do superior interesse nacional. Define que as razões para começar uma guerra podem ser múltiplas, contudo e uma vez decidida a necessidade e a declaração da guerra, as operações militares a

adoptar podem diferir grandemente segundo os objectivos a atingir⁸. O Barão Jomini estuda neste contexto, os vários tipos de guerra que dependentemente das opções político-estratégicas adoptadas podem ser conduzidas, referindo-se ao que designou por Guerras Ofensivas para Reclamar Direitos, Guerras Defensivas, Guerras de Intervenção, Guerras de Invasão, Guerras de Opinião, Guerras Nacionais, Guerras Civis e Guerras Duplas. Refere a este propósito que é contraproducente manter duas grandes guerras simultaneamente, mas se existir a necessidade de o fazer (e se possível), deve-se aguardar o fim da guerra em curso antes de começar uma outra. A reflexão sobre a divisibilidade dos recursos e a não concentração dos meios ao dispor de uma nação num determinado objectivo, exercendo-se aí o esforço de guerra (designando-se por esforço principal), pode ser ilustrado na história recente pela intervenção Portuguesa nos cinco Teatro de Operações em África na Guerra Colonial e mais recentemente da intervenção simultânea dos Estados Unidos da América nos conflitos do Iraque e Afeganistão.

De difícil conceptualização, Jomini defende que as consideradas “Guerras de Conveniência” são no seu entender, de capital importância para não suscitar o interesse de um terceiro país que se possa coligar com o país atacado e aliados, e constituírem-se numa ameaça reforçada, visando desta forma impedir a criação de alianças militares oportunistas que, no seu entender, podem enfraquecer a nossa posição geoestratégica numa determinada conjuntura. As designadas “Guerras Defensivas”, aquelas onde se concentram os recursos da nação na defesa do território (ou dos seus interesses) são as que do ponto de vista militar podemos tirar maior vantagens, pois ao levar a efeito operações militares no próprio território, temos a nítido favor o conhecimento sobre os obstáculos naturais e artificiais existentes, o apoio da população e das autoridades civis, bem como o conhecimento do terreno, factores que ao serem capitalizados nos estudos de Estado-Maior, dariam origem a planos de defesa e permitiam acautelar a nossa invasão por parte de um outro país. Jomini, neste aspecto particular, faz-nos reflectir superficialmente sobre a legitimidade da guerra, afirmando que a Guerra de Intervenção e de acordo com os seus propósitos, é considerada vantajosa e “legítima”, facto que sendo discutível à luz das actuais convenções internacionais, nunca deixou de ser uma constante no Sistema Político Internacional.

As Guerras de Intervenção podem ser as mais vantajosas, pois pode-se entrar nelas quando se quiser, estando do nosso lado o factor “surpresa”, e permitindo colocar todo o peso do poder próprio (todos os meios disponíveis a empregar numa guerra) a favor do país coligado (quando for o caso). A finalidade deste tipo de guerra pode ser a de influir nos negócios interiores dos países vizinhos (o que tal como refere Jomini, nem sempre será positivo), interferindo nas relações externas de terceiros países quando se perspectivar que possam interferir nos nossos interesses e que se possam constituir uma ameaça no futuro próximo. Neste contexto, são três as principais causas que podem tornar necessária a intervenção, nomeadamente através das obrigações derivadas de Tratados e de Alianças político-militares (o que acontece actualmente com Portugal por via da sua adesão à UE e à NATO), a conservação do equilíbrio político, impedindo desta forma, o crescimento excessivo de um país e, para tirar proveito das conjunturas de oportunidade. Para ser bem-sucedidas neste tipo de conflitos é importante escolher para o comando do

Exército um General que, para além de militar, seja também político, que tenha uma visão estratégica da guerra e saiba alinhar os interesses políticos da nação com o engenho e a arte militar operacional, segundo o autor, deve ainda designar o grau de empenhamento de cada parte da coligação (nação) e estabelecer objectivos realistas em consonância com os interesses comuns (nacionais). Jomini reafirma que esquecer estas condições e premissas pode conduzir à derrota na batalha, ao insucesso de uma campanha militar e à destruição de uma nação.

Relativamente às designadas “Guerras de Invasão”, assevera que quando não houver um motivo para as fazer, este tipo de guerra é própria de bárbaros, contudo, também assegura que se houver justificação, derivado de um superior interesse nacional e de objectivo louvável, então pode merecer a aprovação. Embora refira que fosse desejável o seu desaparecimento, Jomini, considera que é melhor invadir do que ser invadido, podendo, porem ser considerado um grande inconveniente o moral e a ânsia de liberdade do povo invadido. As “Guerras de Opinião” podem ser causadas por dogmas políticos ou religiosos, em que o autor considera que a religião constitui-se num pretexto para alcançar determinados objectivos políticos. A defesa do dogma torna-se precisa para a dupla função de “excitar as paixões” dos próprios e ganhar adeptos entre a população do inimigo. As designadas “Guerras Nacionais”⁹ acontecem quando os passos dados supõem um confronto de forças em que o invasor apenas tem a posse ou controlo sobre o terreno que pisa e o reabastecimento é feito pela força, sob terreno controlado pelo inimigo, em que os trens logísticos são atacados com frequência. Refere ainda que se o país invadido dispõe de um Exército regular, as dificuldades serão muito maiores, porque não só deve preocupar-se com os combates convencionais, mas também com as guerrilhas (combate não convencional). As “Guerras Civis” normalmente são causadas por motivos políticos ou religiosos, havendo a necessidade de ter em conta apenas a máxima de rejeitar a intervenção de qualquer outro país que unicamente pretenda tirar proveitos para si próprio.

A Política Militar ou Filosofia da Guerra

Jomini define como “Filosofia de Guerra” qualquer aspecto que possa influir de forma decisiva nas operações militares. Neste contexto, centra-se no estudo e no conhecimento aprofundado do Inimigo, referindo que o primeiro a conseguir numa campanha militar tanta informação quanto possível sobre os meios de guerra e elementos de poder da força opositora, tem em si mesmo uma enorme e porventura, decisiva vantagem. Aliás, para o autor, torna-se necessário aprofundar o conhecimento do cenário, estudando todos os obstáculos (naturais e artificiais) que possam influir nas operações militares. Jomini lamenta a falta desses dados (referindo-se à inexistência de manuais, tabelas e ábacos) nos Estado-Maior da altura. Nesse intuito, opta por apoiar a constituição de arquivo com tantos documentos quanto possíveis sobre geografia e estatística, actividade pouco desenvolvidas na sua época e que viriam no futuro a ganhar relevo no processo de planeamento operacional. Os elementos essenciais de informação, trabalhados em células específicas, com informação privilegiada constituem actualmente factores vitais e

estrategicamente decisivos no processo de decisão em qualquer nível estratégico-militar. A filosofia de guerra encontrava-se também muito centrada na capacidade que os Oficiais tinham de estudar e reflectir sobre o passado, principalmente sobre os aspectos militares no planeamento e conduta de outras batalhas. Estas reflexões sempre lhe permitiram uma visão esclarecedora do futuro, pois foi maioritariamente através do estudo das campanhas militares da época que redigiu as obras que o celebrizaram e lhe permitiram reter ensinamentos para o futuro da arte da guerra.

Quanto ao Comando dos Exércitos, outro dos aspectos que fazia parte do seu vasto léxico sobre a filosofia de guerra, o Barão Jomini refere que se não for o Chefe do Estado o Comandante do Exército, a escolha deste é uma das decisões mais importantes, acrescenta ainda que deve ser de preferência, corajoso nos aspectos moral e físico. Neste contexto, considera ainda que menos importante é o saber do que a capacidade de ser justo, sendo importante reconhecer os méritos alheios, escolher os melhores colaboradores e fazer face às responsabilidades de uma forma frontal e corajosa. Para compensar a falta de conhecimentos sobre determinados assuntos, deve prover-se o Comandante do Exército de um Estado-Maior eficaz e eficiente. Jomini considera que um Oficial de Estado-Maior é competente para o Comando de um Exército, dado o seu conhecimento de aspectos mais complexos do que os problemas operacionais da conduta das manobras. No entanto, a perícia no comando de unidades de combate também é desejável.

Quanto às Instituições Militares, Jomini tenta estabelecer um conjunto de regras que facilite passar de uma situação de paz a guerra, de uma forma rápida, organizada e eficiente. Assim, considera essencial para ter um Exército de referência, adoptar algumas condições, nomeadamente dispor de um bom sistema de recrutamento, de uma correcta organização do Exército, de um sistema extenso e proficiente de reservas nacionais constituídas e bem treinadas, dispor de Oficiais e de tropas bem treinados, possibilitado pelo desenvolvimento em tempo de paz de manobras militares como forma de treino das unidades, adoptar uma disciplina severa, implementar um bom sistema de recompensas e dispor de bom armamento¹⁰. Deve articular ainda um sistema eficiente de reabastecimentos, implementar uma rede de hospitais de campanha e administração, fazendo a *“exaltação do espírito militar”*. O esquecimento ou não adopção destas condições basilares pode expor os Exércitos à derrota e a nação ao desmoronamento.

O *“Moral dos Exércitos”*, considerado pelo estratega Jomini como elemento fulcral da consistência e do poder militar, constituindo parte integrante da filosofia de guerra de qualquer Comandante, reforça a capacidade militar e potencia a vitória nas batalhas. O estratega aborda esta temática segundo dois pontos de vista diferentes, primeiro refere que o moral do Exército é essencial, embora seja o moral advenha do povo que sustenta o interesse nacional numa determinada conjuntura. No que diz respeito ao espírito militar da nação, existem dois meios para o fortalecer, refere que deve ser dado ao Exército a maior consideração social e privilegiar os serviços prestados no meio militar como mérito para o acesso às vagas de funcionário no sector público. Estas medidas, além de fortalecer o moral do povo e exaltar o espírito nacionalista (fundamental para uma nação

que estava em expansão como era o caso da nação francesa) tem reflexos na ordem interna, aspecto que é adoptado actualmente em alguns países da Europa, adoptando-se medidas nesta ordem. Jomini, recorda-nos que o treino deve ser tão duro quanto possível, que o valor militar deve ser valorizado, recompensado e a cobardia severamente punida.

Os termos e a adopção de definições e de conceitos constituíram uma constante na obra de Jomini, existindo alguns conceitos estruturantes na sua obra. Jomini, adopta uma denominação genérica de estratégia, onde se considera incluídos os princípios da estratégia, da táctica e da logística, que conjugados em maior ou menor grau, interagem e estão presentes em todas as operações militares. Jomini define, como vimos, “estratégia” como a arte de fazer a guerra sobre a carta abrangendo todo o Teatro da Guerra¹¹, define ainda “táctica” como a arte de lutar no terreno onde o combate é levado a efeito, colocar as forças segundo as povoações, para agirem sobre diferentes pontos do campo de batalha e no conceito inovador de “logística”, este é apresentada como a arte prática de movimentar os Exércitos, dos pormenores materiais das marchas, formações e estabelecimento dos acampamentos e acantonamentos. Estas definições, que constituem uma referência no pensamento estratégico do *Barão Antoine Henry Jomini* sobre a arte da guerra, são ainda possíveis de encontrar nos manuais militares e foram adaptados a muitos dos conceitos operacionais que se ensinam nas Academias Militares.

A doutrina estratégica. Uma visão particular das operações militares

Na doutrina estratégica, reflexão deontológica sobre a forma de conduzir a guerra, foram adoptados alguns conceitos que o autor nos legou a partir da sua obra. Jomini revela-nos nos seus escritos algumas temáticas que ainda fazem parte do actual léxico militar e que podemos encontrar nos manuais sobre a arte da guerra. O conceito de “ofensiva” surge quando se estabelece a seguinte tipologia de acções ofensivas: “invasão” quando é dirigida contra um outro Estado ou uma parte importante dele, “ordinária” quando é adoptada contra uma província ou linha de defesa limitada e estamos perante uma “iniciativa dos movimentos” quando um ataque é dirigido contra uma parte limitada do inimigo e reduzido a um ponto específico do terreno. Analisemos numa perspectiva militar e operacional, cada um destes termos.

Relativamente à operação ofensiva, o autor enumera algumas vantagens deste tipo de operações militares, nomeadamente referindo que se transfere a guerra para terreno inimigo (mantendo resguardado o próprio), diminui-se os recursos do inimigo (potencializando os próprios), exalta o moral próprio e reduz o do inimigo, podendo ser decisivo no combate e ainda que a iniciativa permanece no lado do atacante, possibilitando assim a surpresa, o ímpeto e a necessária flexibilidade para o Exército que conduz o ataque. Como inconvenientes, Jomini aponta os seguintes aspectos: pode exaltar as paixões da população do país invadido ao ver invadida a sua pátria (obrigando o povo ocupado a uma guerra de guerrilha), exige o alongamento das linhas de comunicações (facto que havia sido fatal para Napoleão na Campanha da Rússia) e existe a necessidade de flanquear os obstáculos em terreno inimigo, pois não conhecemos o seu

grau de construção nem o poder destrutivo que pode provocar nas nossas tropas.

Neste tipo de operações militares, apesar de as vantagens superarem amplamente os inconvenientes, considera ser necessário ressaltar que nem sempre se poderá manter esta atitude, e que se deverão adoptar operações defensivas entre duas fases das operações ofensivas¹². Numa operação ofensiva deve-se calcular as possibilidades que nos conferem as diferentes regiões do Teatro da Guerra, dirigir as massas concentricamente sobre a zona decisiva (conceito desenvolvido por *Carl von Clausewitz*), manter-se constantemente informado do dispositivo inimigo, avançar rapidamente, quer sobre o centro inimigo (se dividido), quer sobre a ala que mais directamente conduza às suas comunicações, procurando o envolvimento e a dispersão do inimigo, perseguindo-o até à sua rendição ou destruição.

Quanto ao tipo de operações militares designadas por “Defensiva”, Jomini considera que conceptualmente deve-se optar por esta modalidade de acção para cumprir com algumas das finalidades seguintes: deve-se impedir, durante o máximo tempo possível, o acesso do inimigo a uma determinada zona de terreno, atrasar as forças inimigas na sua progressão, causar desgaste nas forças atacantes e proteger os seus meios militares. Contudo, neste âmbito, Jomini refere que se o defensor for muito inferior ao atacante, deve-se apoiar a defesa em “Praças-Fortes”, reforçado como a implantação de obstáculos naturais e artificiais, e esperar o inimigo. Mas este sistema considerado inerte ou passivo, onde se recusa tomar a iniciativa do combate, Jomini acha que se deve evitar esta situação tanto quanto possível, pois que ao contrário, qualquer ocasião deverá ser aproveitada para tomar (ou retomar) a iniciativa. Refere ainda em conclusão que “... *uma defesa activa com ataques ofensivos permite desfrutar das vantagens dos dois sistemas...*” (Jomini, 1977, 209).

Quanto à Manobra, referindo-se o autor à forma de abordagem dos Exércitos para conquista dos objectivos, Jomini gosta de usar termos geométricos para se referir a conceitos estratégicos e táticos. Assim, as manobras são chamadas e identificadas como linhas de operações, referindo-se na sua obra às seguintes manobras: Linhas de Operações Interiores¹³; Linhas de Operações Exteriores¹⁴, Linhas de Operações Concêntricas¹⁵ e as Linhas de Operações Divergentes¹⁶.

Os princípios básicos para a execução da manobra estratégica ou tática, apresentados pelo Barão Jomini, constituem a base de um bom plano de operações para a batalha, principalmente a escolha da linha de operações adequada com vista a colocar o maior número de forças no ponto decisivo, em que a melhor linha de operações ser aquele que é dirigida sobre o centro nevrálgico do dispositivo inimigo (se ocupar uma frente muito extensa), ou sobre uma das alas ou a retaguarda. Refere ainda que se deve manter na própria retaguarda uma linha que assegure a retirada, e se necessário, estabelecer a unidade de comando desde que seja possível.

Quando duas massas inferiores devem apoiar-se mutuamente e a defrontarem-se com duas superiores, devem evitar ser encerradas pelo inimigo numa zona demasiado estreita

e também não se devem separar de modo a não se poderem apoiar reciprocamente. É por esse motivo que duas linhas concêntricas normalmente são melhores de que duas divergentes, embora que as linhas divergentes possam ser necessárias após uma batalha ou um movimento tático que tenha dividido as forças inimigas. Duas ideias resumem estes princípios, a primeira refere que a parte principal de um Exército, através de acções estratégicas, deve fazer pressão sucessivamente sobre as zonas decisivas do dispositivo inimigo e, sempre que possível, sobre as suas linhas de comunicação, assegurando as próprias e a segunda ideia refere que se deve manobrar as forças principais próprias de modo a combaterem apenas contra fracções do inimigo e evitando o seu centro de gravidade. Outro dos conceitos inovadores desenvolvidos por Jomini foi o conceito de “Reserva” e a necessidade de ser constituída em diferentes níveis de decisão (escalões). Neste sentido, as reservas são da maior importância, devendo ser constituídas tanto pela nação (de nível estratégico) como pela menor das unidades militares (de nível tático). As reservas do Exército devem ser de dois tipos, aquelas que estão imediatamente ao dispor do comandante, aquelas que estão prestes a entrar em combate e as destinadas a recompletar o Exército, que enquanto se organizam podem servir de reserva estratégica.

A Tática Sublime e a Batalha

Na batalha verifica-se normalmente o choque decisivo entre Exércitos antagonistas que disputam no Teatro de Guerra as grandes questões da política e da estratégia de uma nação. Pela “Tática Sublime” combinam-se e dirigem-se as batalhas, e pela estratégia conduzem-se os Exércitos aos pontos decisivos onde se há-de verificar o sucesso das mesmas e a consequente vitória na campanha militar. Os alicerces dos fundamentos da Tática são, segundo Jomini, idênticos aos da Estratégia, isto é, deve-se orientar as forças militares apenas contra uma parte do Exército inimigo, e fazê-lo combinada e deliberadamente no ponto decisivo. Afirma ainda que a respeito do desenrolar de uma batalha, considerada esta a acção principal e decisiva da guerra, torna-se difícil ganhar estrategicamente a guerra sem ganhar taticamente as batalhas. Porém, embora seja essa a regra, para Jomini nem sempre é assim, podendo haver Exércitos derrotados por causa de operações estratégicas erradas, sem defrontarem o inimigo numa batalha. Mas também se pode dar a situação inversa, ou seja, ganhar uma batalha decisiva apesar de uma concepção estratégica errada. Os resultados de uma batalha devem-se resumidamente ao somatório de sete factores estruturantes, que conceptualmente Jomini define como os factores críticos do sucesso (termo utilizado ainda actualmente) para o êxito numa batalha, referindo-se nomeadamente: à ordem de batalha adoptada, a escolha de meios de execução, a competência profissional dos Oficiais (comandantes e de Estado-Maior), a legitimidade (causas morais) da guerra, o moral das tropas, a proporção das diferentes Armas (e meios afectos), bem como o factor surpresa¹⁷.

A Batalha Defensiva constitui para Jomini uma contingência, pois o Exército deve estar preparado para ganhar a guerra e não para “não a perder”. Conceptualmente, a batalha defensiva acontece quando um Exército, normalmente em posição vantajosa, espera o

inimigo para o defrontar em terreno preparado, adoptando dispositivos que permitam oportunamente partir para uma operação que lhe garantam a vitória. Embora já tenham sido descritas as finalidades e a tipologia destas batalhas, Jomini aprofunda as suas características, apresentando-nos os procedimentos gerais para agir no seu desenvolvimento. Neste sentido, para dispormos de uma boa posição defensiva, implica que os obstáculos à frente e nas alas devam favorecer a manobra própria e dificultar a do inimigo, deve-se ter fáceis saídas para na altura adequada, se passar à acção ofensiva. Refere ainda que a posição deve assegurar os máximos efeitos dos fogos, deve favorecer a observação do inimigo e a ocultação própria, deve facilitar a retirada (se necessário) e deve adequar-se ao fim da batalha defensiva, ou seja, ter condições para lançar a batalha ofensiva.

No que diz respeito à conduta da batalha, Jomini recorda-nos sistematicamente que o Exército que optasse por uma defensiva passiva ou inerte está condenado a ser derrotado, mas se passar para a ofensiva poderia atingir a gloriosa vitória. Se a posição for bem escolhida, então as movimentações serão livres, controlando-se o inimigo, colocando-se as Armas de forma a conseguir o máximo efeito dos fogos, e se pretender reagir ofensivamente, o efeito moral será decisivo e a vitória atingida. Nesse sentido, a defesa deverá ser transitória, adoptada para se reagir ofensivamente na altura certa sobre os pontos decisivos, tornando-se fundamental que o comandante disponha de uma ideia esclarecida da situação e tenha confiança nas suas tropas.

A Batalha Ofensiva, ou seja, quando um Exército ataca outro na posição em que este se encontra estabelecido (acantonado ou fortificado), Jomini considera que, quer a batalha ofensiva quer a batalha defensiva, nunca serão operações puras, pois como se tem constatado repetidamente, um Exército numa batalha defensiva pode reagir ofensivamente e o inverso também pode acontecer, ou seja, quando atacante, pode-se ter necessidade de recorrer à batalha defensiva para consolidar ganhos, organizar o Exército ou até para ganhar condições (logísticas, operacionais ou de conjuntura) para retomar a ofensiva. A finalidade primária da ofensiva é em todo o caso, segundo o autor, desalojar ou “fustigar” o adversário de forma a levá-lo à derrota, no entanto para que a operação ofensiva seja decidida é necessário adoptar uma ordem de batalha cujo esforço se dirija contra o ponto decisivo (do inimigo), que será determinado pela análise conjugada do terreno e do dispositivo das forças enfrentadas. Na conduta da batalha ofensiva existem ainda, segundo o autor, duas premissas, a primeira é de que a manobra decisiva deve ser tão simples quanto possível e a segunda é que a tomada de decisões durante o combate tem mais influência no desenvolvimento da batalha do que as decisões tomadas durante o processo de decisão militar. Aspecto que nos faz reflectir sobre a necessidade de adoptar um planeamento militar simplificado e prever várias modalidades de acção, com vista a fazer-se frente às inúmeras contingências do combate.

Os princípios a ter em linha de conta na execução da manobra ofensiva, retratadas conceptualmente no *“Précis de l’Art de la Guerre”*, referem que o dispositivo adoptado deve ter em vista o desalojamento do inimigo, que os esforços dirigir-se-ão quer contra uma ala, quer contra uma ala e o centro do dispositivo inimigo ao mesmo tempo (como vimos, esta última opção é a mais acertada das duas para atingir o sucesso). Também

podem conduzir ao sucesso os esforços que ultrapassem as alas inimigas na procura do envolvimento pela retaguarda, em que existirá ainda maior probabilidade de êxito quanto maior for o segredo (salvo se fosse uma manobra de diversão), apenas se hão-de dirigir simultaneamente os esforços sobre as duas alas e o centro, quando se dispuser de uma grande superioridade de meios. A essência da ordem oblíqua é dirigir metade das forças contra uma ala inimiga, reservando o resto fora da acção, os esforços devem reunir em si próprios os efeitos de poder de fogos, velocidade e efeito moral e sendo fundamental combinar o potencial com a manobra ágil sobre a ala inimiga mais próxima da sua linha de retirada. Jomini lembra-nos que se torna necessário que imediatamente após o êxito nas primeiras linhas inimigas será a melhor oportunidade para o adversário contra-atacar, considerando que a “Batalha Imprevista” trata-se de uma surpresa para os dois Exércitos, e que por esta via, constitui uma das ocasiões que menos se adequam às regras gerais da arte da guerra, dando azo ao desenvolvimento do génio de um General.

A Logística

As reflexões em torno do conceito de “Logística Geral” que segundo a definição adoptada por Jomini, abrange tudo aquilo que não diga directo respeito com a conduta das batalhas e combates, pois que o autor considera que a logística é uma função a desenvolver prioritariamente pelos Estados-Maiores, visando alojar os Exércitos, dirigir as colunas e colocar no terreno de acordo com preceitos militares básicos. Porém, os contributos napoleónicos fizeram com que as movimentações dos Exércitos se tornassem cada vez mais complexas e as responsabilidades dos estudos dos Estados-Maiores mais abrangentes e necessários. Neste contexto, o Chefe de Estado-Maior constituía-se na entidade primariamente responsável pela comunicação das ordens do comandante, pelo fornecimento de dados a este no intuito de alicerçar as suas decisões e de vigilância do cumprimento das suas ordens, constituindo a logística a ciência do Estado-Maior onde a aplicação de todos os conhecimentos militares, se tornavam predominantes e estrategicamente vitais para o sucesso da batalha (Jomini, 1977, 271-279).

Quanto às missões e atribuições específicas dos Estados-Maiores nesta vertente, Jomini refere que deveriam preparar com antecedência todo o material necessário para pôr em marcha o Exército, deve redigir as ordens do comandante para as operações e para os ataques previstos, combinar com os comandantes da Artilharia e da Engenharia, as medidas para estabelecer e manter os paióis de munições, bem como fortificar os pontos estratégicos que poderão contribuir para o sucesso das operações¹⁸. Devem dispor e dirigir os reconhecimentos que forem necessários, acertar as marchas das diversas colunas para as levar a efeito com ordem e prontidão (estabelecendo o momento e o local em que devem ser feitos os altos), devem organizar a segurança durante as marchas, estabelecer os métodos para se ordenarem as colunas (com o fim de se passar ao combate), informar os destacamentos sobre os pontos de concentração das forças, bem como os apoios ao seu dispor. Devem ainda ordenar e vigiar a marcha dos abastecimentos¹⁹, bagagens, armazéns e hospitais para que, sem interferirem nas operações, estejam prontos quando necessários (dar serviço aos trens de

reabastecimentos diários, arranjando os meios de transporte precisos).

O Estado-Maior deve dar indicações para se estabelecer acampamentos (a sua ordem e segurança), organizar as linhas de operações e as bases de operações (área de apoio de serviços contendo depósitos de indisponíveis, hospitais, oficinas...), devem conhecer com exactidão quais as tropas destacadas, dispor em subunidades temporárias as movimentações de pessoal isolado, combinar, em caso de cerco, com o comandante da Engenharia a distribuição e a execução dos trabalhos a desenvolver e no caso de ser necessário retirar, e não esquecendo que o deve fazer através de regras claras para as levar a efeito com ordem.

Relativamente aos acantonamentos deve distribuir adequadamente o espaço, estabelecer pontos de reunião para reagir em caso de alarme e organizar a sua segurança própria, tendo em atenção o terreno e o inimigo. Este vasto conjunto de regras, que embora sejam do conhecimento dos comandantes militares, pela forma como foram sistematizadas fazem actualmente parte de qualquer manual de logística militar, constituindo ainda bons princípios no planeamento e na execução da manobra logística com vista ao apoio a uma operação militar. Quanto ao escalonamento logístico, ou seja à colocação adequada dos meios logísticos em apoio da manobra em profundidade, Jomini considera inovadoramente que à medida que os Exércitos se afastam das suas bases de operações, torna-se necessário estabelecer e garantir uma ligação facilitadora do apoio logístico às forças de combate. É por isso que o terreno deve ser organizado, segundo o estratega em "Distritos"²⁰, segundo as suas possibilidades de fornecer alojamento e abastecimentos. Após essa circunstância passou a fazer-se o planeamento de uma campanha militar de uma forma integrado entre a manobra logística e a manobra táctica (ou operacional), pois passou a entende-se que são variáveis da mesma equação e que se condicionam mutuamente. Nesse contexto, a partir desse momento podemos constatar que uma manobra é viável e que constitui uma modalidade de acção dentro de um planeamento operacional, quando tem associada uma manobra logística que lhe permita garantir o adequado apoio logístico indispensável ao seu sucesso. A manobra logística passou a "condicionar" e a constituir factor crítico do sucesso da manobra táctica, com reflexos directos em toda a operação militar.

A Táctica das Diversas Armas

Antes de abordar inovadoramente o emprego combinado e integrado das Armas na batalha, tirando proveito das sinergias multiplicadoras do potencial de combate, Jomini apresenta-nos algumas regras sobre como devem ser empregues a Infantaria, a Cavalaria e a Artilharia. Neste contexto, a Infantaria constitui, segundo o estrategista a Arma principal dos Exércitos dado que conquista e defende o terreno, mas precisa para alcançar a plenitude dos seus objectivos do apoio das outras Armas, pois isoladamente, não conseguiria vantagens decisivas.

A Infantaria deve colocar-se e movimentar-se fora dos fogos da Artilharia inimiga mas

sem se retirar do campo de batalha, aproveitando antes as vantagens do terreno, mas quando estiver sob o fogo da Infantaria inimiga deve reagir com ataques tão imediatos e fortes quanto possível. A Cavalaria é apresentada como a Arma da velocidade, da mobilidade e da impetuosidade. No que diz respeito às suas missões, antes de as enumerar resumidamente, esclarece que não é dado à Cavalaria a defesa das posições por si própria sem o auxílio da Infantaria, referindo que as missões típicas a desenvolver pela Cavalaria deverão ser principalmente as de aprontar a vitória ou acabá-la; no rescalda da batalha capturar os prisioneiros ou troféus de guerra; perseguir o inimigo (se este retirar ou debandar), podendo ainda reforçar pontos ameaçados, completar a destruição da Infantaria já desalojada e, se necessário, cobrir uma retirada. No respeitante à forma de emprego, considera Jomini que a Cavalaria pode ser empregue com elevada probabilidade de sucesso sobre as alas, enquanto a Infantaria executa preferencialmente, ataques frontais da formação inimiga. Na defensiva podem ser exploradas as suas aptidões nos contra-ataques após sucessos inimigos sobre as nossas primeiras linhas, e no intuito de repor a linha defensiva. A Artilharia na ofensiva desempenha um papel fundamental, pois desorganiza o dispositivo inimigo e facilita o avanço das tropas que atacam, complementando a acção da Infantaria e da Cavalaria. Na defensiva, duplica a fortaleza de uma posição não só pela atrição que causa ao inimigo, mas também pelo abalo psicológico que provoca nas tropas.

Relativamente ao emprego individualizado das várias Armas, o Barão Jomini, recorda-nos algumas máximas que vinham sendo adoptadas pelos Exércitos de Napoleão, Frederico II e outros, contudo e relativamente ao emprego combinado das três Armas, o estratega não sugere qualquer regra geral sobre este aspecto, mas dá-nos ainda assim, algumas ideias de grande amplitude e aponta uma gama alargada de possibilidades de emprego, referindo na sua obra que:

“ ...dizer que o Comandante de um Corpo formado pelas três Armas deve empregá-lo de modo a cooperarem e se apoiarem mutuamente parece muito trivial, porém é o único dogma fundamental que se pode estabelecer [...] com o estudo das Campanhas e, sobretudo, com a prática, pode o General alcançar estes importantes conhecimentos...” (Jomini, 1977, 338).

O emprego combinado dos meios (das Armas) passaria a ser o baluarte das batalhas, pois o poder de choque proporcionado pela Infantaria, o poder de fogo proporcionado pela Artilharia e o movimento, ao alcance da Cavalaria, passavam a ser utilizados conjuntamente, pois a soma das suas sinergias era muito maior do que o resultado do somatório do seu emprego individualizado. A complementaridade entre as potencialidades que lhe eram reconhecidas, passou a constituir a essência do planeamento militar, saber empregar a Infantaria, conjugada com a Cavalaria e o apoio da Artilharia, enriqueceu substancialmente com Jomini o pensamento militar sobre a arte da guerra. As modalidades de acção ficaram mais ricas, as batalhas mais desafiantes, a eficácia e eficiência do emprego combinado dos meios, passou a constituir uma Escola para os Oficiais que nos Estados-Maiores, planeavam as campanhas militares e conduziam as batalhas.

O pensamento estratégico-militar de Jomini

O Barão Antoine Henri Jomini argumenta que na maior parte dos artigos em que está articulado o *“Précis de l’Art de la Guerre”*, existem poucas regras consideradas absolutas (sem discussão) para os assuntos sobre a arte da guerra, constata-se que dos quarenta e sete artigos (alguns deles incluindo dez princípios e outros apenas um ou dois), implica que o autor elabora cerca de cento e cinquenta regras, ou seja, o suficiente para formar um respeitável corpo de doutrina estratégica e tática. E se a todas estes princípios, somarmos um grande número de preceitos operacionais e táticos que sofreram adequações ao longo dos tempos, teremos então um conjunto de regras, princípios ou normativos necessários para firmar a sua grande convicção sobre a importância de se criar um corpo doutrinário, que permitisse o planeamento ajustado das operações da guerra.

Para o estratega militar, após escrever durante mais de trinta anos, inicialmente sobre história militar e posteriormente sobre história política, e após a experiência de participação em cerca de uma dúzia de campanhas militares, elaborando ao nível operacional o planeamento e a articulação entre os vários elementos da guerra, constatamos que o intuito de Jomini com o *“Précis de l’Art de la Guerre”* é tão-somente o de articular e reproduzir o seu conhecimento sobre as regras e os princípios da arte da guerra, ajustados num corpo doutrinário e escritos sobre a forma de um manual para a instrução militar. Embora a sua escrita reflecta algumas visões sobre a arte da guerra que conotamos em muitos aspectos com Clausewitz, questões diferentes foram contudo o motor da sua busca científica, resultando obviamente em respostas diferentes. Este aspecto poderá ser a razão pela qual Jomini não se aventurou em áreas como a natureza política da guerra, mas preferiu orientar o seu esforço para áreas pelas quais sempre se sentira atraído, nomeadamente a ciência aplicada da política à guerra, o planeamento e a conduta operacional, tendo em mente a questão de como poderia transmitir esses conhecimentos às gerações mais novas de jovens Oficiais.

Na busca pelas causas da vitória militar, Jomini revela um princípio fundamental, cuja aplicação resulta grandemente no conhecimento do terreno, do inimigo e em conseguir boas combinações militares, porquanto que a sua omissão teria, segundo o autor, consequências nefastas nas operações militares. Segundo este princípio, Jomini defende o princípio de que dever-se-á aplicar, com a maior massa possível das nossas forças, um esforço combinado no ponto decisivo. Jomini enfatiza ainda que não é a superioridade absoluta em números que é necessária, mas sim uma superioridade temporária, e decisiva, no dia e no momento da batalha. Esta superioridade obtém-se através de uma manobra superior antes da batalha, pelo pré-posicionamento dos homens e das Armas, pelo estudo do inimigo e por uma utilização exemplar do terreno. O Barão Jomini deduz a partir destas análises, várias máximas que se correctamente aplicadas, aumentam a probabilidade de sucesso, distinguindo com clareza entre sistemas de guerra “científica” tais como as desenvolvidas por outros autores em outras teorias e princípios sobre a arte da guerra.

A reacção de Jomini a algumas críticas que lhe eram dirigidas pode ser lida na sua longa introdução no *“Précis de l’Art de la Guerre*. O autor revê a sua abordagem teórica e desenha a teoria presente da guerra referindo-se à sua utilidade, onde refere que esta se decompõe em seis partes distintas²¹. Para o autor a crítica nada tem de novo, pois já tinha sido confrontado com as mesmas alegações. Estas críticas cáusticas por parte de Oficiais prussianos devem ter sido especialmente dolorosas para o Barão que nutria uma especial afeição pela Prússia e era um fervoroso admirador do legado militar daquele país. Jomini concebe que as mudanças tecnológicas e as crescentes vantagens do poder de fogo no campo de batalha pressupõem *“...uma grande revolução na organização dos Exércitos, armamento e táctica...”*, e refere ainda que o Estado que promova desenvolvimento tecnológico terá vantagem sobre potenciais adversários. O autor prova ser clarividente na previsão de Cavalaria e Infantaria, lançando o repto para os governos se reunirem na proscricção, através de regulamentos internacionais, destes novos meios de guerra altamente letais, afirmando todavia, que a Estratégia e os seus princípios manter-se-ão inalterados, porque são referências independentes da natureza do armamento e da organização das tropas.

Finalmente, ao resumir as necessidades básicas de uma política militar artilosa, Jomini acrescenta no *“Précis de l’Art de la Guerre”* que se o Chefe do Governo não lidera os seus Exércitos pessoalmente, a sua maior prioridade deverá ser a escolha do General mais capaz, detentor de profundos e sólidos conhecimentos, tanto na área política como militar, com vista a assumir o comando dos seus Exércitos nas campanhas militares. Jomini refere-se ao artigo catorze, focaliza-se sobre o Comando dos Exércitos e a Direcção Superior das Operações e o artigo quinze, em que aborda as relações civil-militares, a promoção de um espírito militar e do moral nos Exércitos²².

Um Comandante deve descobrir a sua própria teoria através da análise objectiva e deliberada da conjuntura e uma vez que tenha absorvido este sentido na sua própria forma de pensar e agir, torna-se na sua segunda natureza. Desta forma, cada Comandante descobre e melhora a sua própria teoria da arte da guerra que certamente o ajuda no planeamento e especialmente na conduta da guerra, o que educa a sua mente e melhora a capacidade de decisão. Como se referiu anteriormente, para Jomini, a competência social de um líder é mais importante que a sua capacidade intelectual. Ele deverá ser um homem de bravura, justiça e firmeza, capaz de reconhecer o mérito de outros e não de o invejar, fazendo com que os méritos dos outros concorram para a sua própria glória. Para compensar a sua falta de conhecimentos técnicos, o Comandante Supremo necessita, segundo esta perspectiva, de ter ao seu lado um bom Chefe de Estado-Maior e um bom corpo de Oficiais de Estado-Maior pois como a tomada de decisão passou a ser integrada num ciclo do planeamento operacional, era a este “staff” que lhe competia prestar assessoria à sua decisão.

Neste contexto, ao descrever a organização do Comando Supremo, Jomini aborda ligeiramente o conceito de tríade, em que o Chefe de Governo deverá ser coadjuvado por dois dos mais capazes Generais, um homem de reconhecidas capacidades executivas, e um Oficial de Estado-Maior bem instruído. O facto de Jomini fazer uso desta terminologia

sugere que via validade no conceito, o que implica que via o Comando Supremo como um verdadeiro “camaleão” que adapta as suas características a cada caso em que o seu inter-relacionamento é variável, o talento de uns compensará as deficiências técnicas de outros, o justo equilíbrio será verificada por cálculos racionais, pois que a tendência para a escalada militar de um será refreada pelos argumentos políticos de outro para ver as operações militares dentro do seu contexto e, finalmente, um terá o talento para inspirar apoio, outro a habilidade técnica para correctamente aplicar a máquina militar, e o último representa perante a nação a legitimidade da acção militar. O autor põe claro ênfase na selecção dos membros para o Comando Supremo do Exército, e reafirma repetidamente da importância de ter um bom Estado-Maior. O tratamento que dá à interacção do nível estratégico com o operacional, no planeamento e na execução de campanhas militares, é considerado exemplar no intuito de mostrar a diferença entre uma abordagem pragmática da arte da guerra, que pretendeu fazer Escola.

Noutro âmbito, Jomini afirma que o plano de operações geral não deverá descrever a campanha militar ao detalhe, restringindo assim a acção dos generais, mas que antes deverá determinar qual o objectivo da Campanha, definir a natureza das operações (ofensivas ou defensivas) e os principais meios (humanos e materiais) a serem empregues nas batalhas. Estes pontos deverão ser acordados num Conselho Governamental, ao nível político, cuja composição incluia tantos ministros como generais, e só a estes pontos se deverá verificar o controlo do dito Conselho. A asserção do estratega defende, que é este quem confere uma solução viável para o problema complexo de Comando Supremo do Exército e do controlo estratégico da guerra, pois seja como for, o entendimento de como a política interfere com as operações militares, ou seja, para o autor as necessidades políticas e operacionais devem ser entendidas mutuamente, não apenas pela chefia estratégica da guerra mas também pelo comandante operacional da Campanha. O que o estratega faz é traçar a linha a partir da qual, esta interferência degenera em gestão a baixos escalões (interferência) por pessoas que não estão familiarizadas com os múltiplos aspectos decorrentes do teatro de operações em causa. A liberdade de acção e de decisão para o comandante subordinado estava orientada pela direcção estratégica da guerra e era reconhecida nas linhas de operações e nos objectivos definidos para cada campanha, materializados nas opções tácticas adoptadas em cada batalha.

Como referimos, o artigo quinze da obra literária “*Precis de L’Art de la Guerra*”, que aborda consistentemente as relações civis-militares e a criação de um “espírito militar” numa nação é uma peça importante do pensamento estratégico de Jomini, pois demonstra como a superioridade moral pode ser alcançada e mantida, especialmente durante o tempo de paz, preparando uma nação para um futuro conflito armado. O autor identifica neste âmbito vários pontos cruciais: o bem-estar económico de uma nação; a importância de uma administração pública credível com instituições capazes; o reconhecimento das valias do sector civil, facilitando a transição do serviço militar para o serviço civil e a preparação das Forças Armadas através do seu endurecimento (treino). Estes considerandos, reflectem actualmente muitas das preocupações que os políticos desenvolvem em relação aos seus aparelhos militares. Nomeadamente aquelas relacionadas com a preparação para actuarem em estados de excepção, a articulação e o duplo uso das mais-valias existentes nas Forças Armadas em prol de um serviço público

(actualmente configuradas na lei como Outras Missões de Interesse Público - OMIP) e ainda o ajustamento entre o investimento no reequipamento e a produção de riqueza e do desenvolvimento económico-social da nação.

As mudanças constatadas em torno do conceito de estratégia ao longo das suas obras são muito subtis, mas importantes para perceber a influência das obras anteriores e de outros autores contemporâneos no *“Précis de l’Art de la Guerre”*. Referimo-nos mais concretamente ao terceiro capítulo da mesma obra, onde devido à introdução do conceito de “Logística”, assumida como um novo elemento na arte da guerra, e uma demarcação mais clara das linhas que a dividem, levam a uma nova organização do seu conteúdo e à explanação exaustiva das tarefas em torno desta concepção, com reflexos directos no conceito de estratégia e na arte da guerra que o autor procura dar-nos a conhecer (Jomini, 1977, 80).

Para Jomini, a estruturação mais sistemática e coerente que lhes foi dada fizeram com que o Helvético ficasse mais consciente delas, todavia o autor, acredita em limitar esta tendência ao extremo através de uma lei internacional, ou aquilo a que hoje damos o nome de Direito Internacional Público. O autor afirma que sem regulamentação internacional que proíba o “levantamento em massa”, a população das nações civilizadas serão dizimadas pela guerra, o tipo de guerra que será *“...mais maldita do que nunca...”* por ser feita, segundo o estratega *“...pela razão trivial da manutenção do equilíbrio de poderes...”* (Jomini, 1977, 83). O estratega não acredita, que a escalada militar é algo que acontece por si, como não acredita também que a guerra é algo que tenha vontade própria, que seja auto regulável, mas antes que é uma actividade puramente humana, controlada politicamente por pessoas com capacidade de decisão e de influência num determinado contexto. Jomini omite, por esse motivo, que a noção de que a guerra tem uma tendência inerente para escalar para extremos, descreve na sua teorização da guerra absoluta, porque o escalar de um conflito armado é para Jomini, uma decisão intencional de quem tem poder de decisão, inferindo-se uma incoerência no seu raciocínio, que de certa forma atribui uma “personalidade” própria ao fenómeno da guerra. No que diz respeito à defesa e a sua relação com o ataque, conclui que se não se assumir a defesa a certa altura devido a grandes perdas, linhas de comunicações demasiado extensas ou ao aumento de potencial do defensor, a derrota será humilhante e o Exército pode ser dizimado. Cada Campanha deve de considerar ao nível operacional um “ponto de culminação”, em que no *“Précis de l’Art de la Guerre”*, o Barão, estende este conceito da inter-relação defesa-ataque, como sendo evidente quando afirma:

“...aquele que toma a iniciativa sabe de antemão o que está a fazer e o que deseja fazer, ele conduz as suas massas ao ponto onde pretende desferir o seu golpe. Aquele que espera é em todo o lado antecipado, o inimigo irá cair sobre fracções das suas forças, e ele não sabe onde o inimigo irá dirigir o seu esforço principal, nem que meios lhe opor.” (Jomini, 1997, 209).

Jomini conclui, visto sob um prisma estritamente militar que *“...um Exército fica reduzido à defensiva só por contratempos ou inferioridade flagrante.”* Quando na defensiva, as forças armadas procuram restabelecer o equilíbrio das probabilidades, e devem atacar

incansavelmente todos os pontos fracos do inimigo que oportunamente lhes surjam. Novamente se faz sentir a influência de *Clausewitz*, fazendo-o expressar as suas ideias de uma forma mais coerente, nomeadamente ao evoluir o seu conceito de defensiva-ofensiva, não só ao nível tático, mas também ao nível operacional. Para Jomini, a ciência tem um único objectivo: permite a previsão e o relativo controlo de acontecimentos. Por esse motivo, o autor é objectivo quando define os elementos da sua ferramenta de análise operacional, o tabuleiro de xadrez, sendo porventura muito menos exacto quando entra em contemplações filosóficas, uma vez que não vê nestas grande utilidade prática, inferindo por isso, que há uma menor necessidade de utilização de terminologia clara, referindo que “...aqueles que tenham lido a minha Campanha de 1799, publicada dez anos antes da dele, não irão negar esta minha asserção, pois não há uma única reflexão minha que ele não tenha repetido...”²³. Desta forma, Jomini surge perante *Clausewitz* frequentemente quer como opositor quer como elemento concordante e cooperante. Como é normal, quando nos é dado a escolher entre duas alternativas tão definidas, nenhuma delas é realmente válida e a verdade reside noutro lado qualquer. Apesar de terem coisas em comum, as suas abordagens à teoria militar tinham diferenças fundamentais, e a raiz dessas diferenças pode ser encontrada nos traços que caracterizam as suas personalidades, de carácter tão díspares.

Notas Conclusivas

O *Barão Antoine Henri Jomini* foi um dos pensadores militares e estrategas de maior relevo na história da Europa e do Mundo, principalmente no século XVIII e XIX. Antes de Napoleão, os princípios da arte da guerra utilizados pelos grandes generais e estrategas como Alexandre, Aníbal, Cipião, César e na era moderna, por Frederico (o Grande), eram fruto do génio militar e do estudo “empírico” da história militar, em que os ensinamentos recolhidos não constituíam uma doutrina estratégica, em que os conceitos, as táticas e estratégias adoptadas não vingaram como uma Escola de pensamento. Após Napoleão, a condução da guerra muda significativamente, o conceito de “nação em armas”, fruto da Revolução Francesa levou a uma teorização dos princípios da arte da guerra e concretiza-se, nomeadamente através dos trabalhos de Jomini, a sua explanação num manual de Comando e Estado-Maior. Nas suas obras, o autor procede à análise do fenómeno da guerra, enumerando-o com princípios, numa tentativa de normalizar e padronizar o conhecimento militar sobre a conduta nas batalhas e o planeamento das operações militares, legando ao mundo, um tratado de capital importância no pensamento estratégico-militar e na condução da guerra, que teve repercussão em todo o mundo ocidental, e com reflexos até aos dias de hoje.

Conclui Jomini o seu compêndio com uma súmula de ensinamentos que são as referências da sua doutrina estratégica sobre a arte da guerra, na qual se destacam os seguintes conceitos: Arte ou Ciência (a guerra não é uma ciência mas uma arte); Estratégia e Tática (a Estratégia é a arte de agir com as forças de um Exército sobre os pontos decisivos do Teatro da Guerra ou Zona de Operações, a Tática é a arte de as empregar no ponto em que se encontram); Procedimentos (há regras gerais e sistemáticas que,

caso de serem observadas, podem produzir efeitos que conduzem à vitória, mas no combate, serão as qualidades e a imaginação do génio militar os elementos decisivos, além das considerações de ordem moral); Comando (o Comandante há-de ser bom tático e bom estratega, gizar os planos da batalha com todos os meios ao seu dispor, ter serenidade, inteligência e valor moral e físico; não tem de saber muitas coisas, mas as que sabe deve “sabê-las bem”); Moral (se não for bom nenhum sistema pode assegurar a vitória); Princípios de actuação (a maior parte dos meios há-de ser empregue no momento e local certos; a principal atenção do tático há-de ser a escolha certa da ordem de batalha visando atingir os objectivos); Conhecimento do terreno (é a primeira necessidade para atingir a vitória); Manobra (após o estudo do terreno se têm de fazer as seguintes escolhas: base de operações, pontos mais vantajosos para dirigir os esforços, tomada de medidas para adequar o campo de batalha aos princípios da guerra através da escolha certa da linha de operações); Ofensiva (o atacante deve desorientar o inimigo e agir por surpresa sobre uma ala e o centro do seu dispositivo empenhando a maior parte das forças apenas contra uma parte do inimigo); Defensiva (o defensor deve adiar o choque decisivo até o atacante perder parte do seu potencial); Plano de Operações (tudo o que até aqui se expôs serve para gizar o plano de operações inicial; o que não se pode prever com qualquer certeza são as circunstâncias da batalha decisiva); Experiência (as teorias que se alicerçam sobre os princípios demonstrados pela experiência, em conjunto com a História Militar, é a Escola dos Generais).

A obra literária do Barão *Antoine Henri Jomini* retrata uma visão inovadora e demagoga da arte da guerra, num período caracterizado na Europa pela Revolução Francesa e pelas Campanhas Napoleónicas. Neste contexto, a sua obra assumiu durante o Século XVIII e seguintes, proporções e um relevo incontornável no âmbito da doutrina e da estratégia militar, pois o seu pensamento viria a influenciar durante épocas, as doutrinas e as ideologias militares, pois a doutrina estratégica sobre os fenómenos da arte da guerra é um pensamento de todos os tempos e também um pensamento contemporâneo. O seu legado fez-se sentir de forma mais marcante durante o Século XIX onde a doutrina militar do mundo Ocidental, ostentava a indelével marca do seu génio militar e glorioso estrategista da arte da guerra. Após a sua morte, em 24 de Março de 1869, a obra de Jomini teve uma grande preponderância no pensamento militar mundial, levando a sua influência não só ao espaço europeu mas também do outro lado do Atlântico.

O modelo racional e analítico de Jomini como teorizador do fenómeno da guerra, permitiu orientar os estudos estratégicos de Estado-Maior no planeamento e na conduta das operações militares. Este propósito foi, contudo uma ideia parcialmente original, pois a geometria aplicada à guerra teve as suas origens e foi abordada aprofundadamente por *Carl von Clausewitz*, porem foi *Jomini* que a “democratizou”, que lhe deu um cariz endoutrinador e que a transformou em ciência do conhecimento das Academias Militares de todo o mundo, através do estudo das suas obras literárias mais relevantes, o “*Traité de Grande Tactique*” e o “*Précis de l’Art de la Guerre*”.

Durante todo o século XIX a obra de Jomini teve uma grande preponderância, também motivado também pelo facto de escrever em Francês, a língua internacional (da altura) que facilmente era entendível na Europa e no outro lado do Oceano Atlântico. De

salientar que a sua influência se fez sentir não só na Europa mas também do outro lado do Atlântico, nos quais, durante a Guerra da Sucessão, numerosos historiadores fazem referência ao facto de os generais, carregarem no bolso o “*Précis*” como manual de instruções para os orientar nas suas campanhas. Da análise da sua obra notar-se-á a existência inegável de uma interacção e influência de outros estrategas, nomeadamente de Clausewitz, pois Jomini utiliza conceitos seus, e apoia-se em determinados conceitos que enuncia, sendo notória esta transição e amadurecimento dos pensamentos estratégicos do suíço do “*Traité de Grande Tactique*” para o “*Précis de l’Art de la Guerre*”, onde Jomini está conscientes do estatuto de constituir um dos maiores pensadores militares da sua época.

A nível operacional e tático declaradamente Jominiana, verifica-se através da adopção de princípios da guerra, linhas de operações, importância atribuída ao Estado-Maior e dos seus métodos analíticos para conduzir o combate, nomeadamente, entre outros, o processo de decisão militar, cálculo do potencial relativo de combate, estudo do terreno através dos factores de decisão, e ainda, na primazia dada à Ofensiva em detrimento da Defensiva. Do exposto poder-se-á inferir que a importância da obra de Jomini não sofreu erosão assinalável com o passar dos anos, pois com as devidas actualizações, esta continua a ser um contributo fundamental e uma referência mundial para o estudo da arte da guerra nos dias de hoje.

Bibliografia

Obras:

CLAUSEWITZ (1982), Carl Von; *On War*, Anatol Rapaport, (Ed. and trans.), London: Penguin Books, 1982, ISBN 0-140-44427-0.

CROMWELL (1976), Thomas Y.; *The Sword and the Pen: Selections from the World’s Greatest Military Writings*; New York; 1976.

JOHN SHY (1986), “*Jomini*” - *Makers of Modern Strategy From Machiavelli to the Nuclear Age*, Peter Paret, ed, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1986, pp. 143-85. ISBN 0-691-02764-1

JOMINI (1977), Antoine Henri ; *Précis de l’Art de la Guerre*, Éditions Cham Libre, Paris, 1977, ISBN 2-85184-079-7²⁴.

JOMINI (1830), Baron Antoine Henri, *Tableau Analytique des Principales Combinaisons de la Guerre et de Leur Rapports Avec la Politique Des Etats*, Paris, 1830.

HANDEL (2001), Michael I.; *Masters of War - Classical Strategic Thought*, 2001.

VAN CREVELD (2005), Martin; *The Art of War - War and Military Thought*, 2005, ISBN 0-060-83853-1.

Artigos de Revistas:

ABEGGLEN (1993), Christoph M.; *The Influence of Clausewitz on Jomini’s Précis de l’Art de la Guerre*, 1993 [<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/Jomini/JOMINIX.htm>].

BASSFORD (1993), Christopher, *Jomini and Clausewitz: Their Interaction*, Fevereiro, 1993.

ELTING (1964), John R. “*Jomini: Disciple of Napoleon?*” *Military Affairs*, Spring 1964,

pp.17-26.

MIKABERIDZE (2004), Alexander; *The Russian Officer Corps of the Revolutionary and Napoleonic Wars, 1792-1815*; Savas Beatie LLC, New York, 2004.

RAPIN (2002), Ami-Jacques; *Jomini et la stratégie: Une approche historique de l'œuvre*, Paris: Sofedis and Lagny; Belgium: Sodis, 2002, ISBN 2-601-0329-7 [<http://www.h-france.net/vol2reviews/kiesling.html>].

SWAIN (1990), Colonel [USA] Richard M. "The Hedgehog and the Fox": Jomini, Clausewitz, and History", *Naval War College Review*, Autumn 1990, pp. 98-109 [http://www.nwc.navy.mil/press/documents/INDEX_09Web.pdf].

TURK (1998), Joel; *Evolution of Warfare - Jomini/Clausewitz*; July 1998.

Sítios da Internet

<http://www.gutenberg.org/files/13549/13549-h/13549-h.htm>

http://www.ostrogradsky.com/personnages_clefs/antoine-henri_jomini.html

<http://www.pattonhq.com/militaryworks/jomini.html>

http://www.napoleon-series.org/research/biographies/c_ajomini.html

<http://www.answers.com/topic/antoine-henri-jomini>

<http://www.kw.igs.net/~tacit/artofwar/jomini.htm>

* Major de Infantaria com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), onde frequenta actualmente o Doutoramento em Relações Internacionais. Actualmente encontra-se colocado na EPI. Sócio Efectivo da Revista Militar.

1 O "liberalismo militar", acompanhando as reflexões próprias do iluminismo, permitia o surgimento de pensamentos revolucionários, liberais, novas ideologias, que não só marcaram uma época e os seus pensadores/estrategistas militares, como transmitiram os seus pensamentos às gerações vindouras.

2 O "militarismo liberal" possibilitava através da adopção de novos conceitos, de novas formas de observar as Batalhas e de conduzir as Campanhas, refazer toda uma doutrina militar, que deixava de estar apenas assente na observação e na assimilação das manobras militares utilizadas em guerras anteriores, para passar a constituir uma arte, um conjunto de ferramentas que tornavam o estudo da guerra e dos elementos acessórios, fundamentais no planeamento e na conduta das operações. O militarismo, na essência liberal, deixou de ser exclusivo das elites militares, a guerra passou a incluir e a ser um assunto de estado, as reflexões sobre a arte da guerra eram transversais a todas as classes sociais.

3 Definida por Jomini como a "...arte de fazer a guerra sobre a carta abrangendo todo o Teatro da Guerra...".

4 Definida como a "... arte de lutar no terreno onde o combate é levado a efeito, colocar as forças segundo as povoações, para agirem sobre diferentes pontos do campo de

batalha...”.

5 Apresentada na obra “*Précis de l’Art de la Guerre*” como a “...arte prática de movimentar os Exércitos, dos pormenores materiais das marchas, formações e estabelecimento dos acampamentos e acantonamentos sem entrincheirar...”.

6 O Barão Antoine Henri Jomini, participa ainda com o Marechal Ney nas Batalhas de Ulm (1805), Jena (1806) e Eylau (1806), tendo-o acompanhado nas Campanhas de Espanha em 1808.

7 Este conceito procura melhorar o conhecimento militar através das análises das batalhas, onde se identificam problemas e da adopção de medidas correctivas em situações semelhantes, constitui o que actualmente se usa designar por “Sistema de Lições Aprendidas” (ou apreendidas), que existe em praticamente todas as Forças Armadas e organizações que operam com as questões da segurança e da defesa no Mundo.

8 Actualmente, a doutrina militar considera como “Factores de Decisão” no planeamento operacional, para além dos objectivos (inscrito sobre a forma de Missão), outros aspectos complementares tais como é o Inimigo (Ameaça), o Terreno (Área de Operações) os Meios (ao dispor) e o Tempo (disponível), apresentando-se sob a mnemónica de [MITM+TD].

9 Assim designadas, quando são conflitos que se fazem contra um povo, ou contra uma grande maioria dele, que luta pela independência, face a um poder instituído.

10 Embora Jomini seja frontalmente contra o progresso da técnica (tecnologia), que produz segundo ele, invenções de morte e destruição e pensa que os soberanos deviam convencionar um limite a este tipo de avanços.

11 Conceito idêntico a que actualmente se designa, numa envolvente tridimensional e mais ampla, o Teatro de Operações (TO) ou a *Joint Operation Area* (JOA).

12 Pressupondo-se que se refira à actividade operacional entre batalhas numa dada campanha militar ou para retomar a ofensiva após um período de reorganização.

13 Quando as formadas por um ou dois Exércitos para se oporem a muitas formações inimigas, de modo a aproximarem-se umas linhas das outras antes de o inimigo lhes opor maior massa (referida como o potencial de combate).

14 As linhas de operações Exteriores são as formadas por um Exército simultaneamente sobre as duas alas de uma ou várias massas inimigas.

15 As linhas de operações Concêntricas são as que partem de pontos afastados para chegarem a um dado ponto à frente, ou à retaguarda, da sua base de operações.

16 As linhas de operações Divergentes são as que toma um Exército que parte de um dado ponto para se dirigir a vários pontos diferentes.

17 A surpresa nas operações militares é definida como o facto de um Exército ver uma sua ala ultrapassada de forma súbita e o próprio Exército ficar isolado. Para a conseguir, segundo o autor, é necessário colocar as massas atacantes no ponto decisivo sem o inimigo ter tempo para a tomada de decisões. Jomini pensa não ser desonroso andar a procurá-la, mas deve-se tentar sempre que possível aproveitar as oportunidades (Jomini, 1977, 229-230).

18 Estes pontos estratégicos, mediante estudos do terreno, eram obstáculos naturais ou artificiais que trariam nítida vantagem para quem tivesse o seu controlo. Como exemplo, poderia ser uma ponte única para a travessia de um Rio, o controlo de uma fonte de acesso a água ou o controlo de uma região elevada, facilitadora da comunicação no

interior dos Exércitos (pois este era feito maioritariamente à vista sob a forma de bandeiras e outra sinalética).

19 Os abastecimentos (sob esta denominação apenas se encontram os mantimentos) são todos os recursos que existem nos países (mesmo os países invadidos) e que podem contribuir para as operações militares. No caso de os abastecimentos serem de territórios ocupados, as autoridades civis são empregues para lhe solicitar as requisições que forem precisas e, se houver meios, lhes pagar. Jomini defende seis máximas gerais sobre os abastecimentos: deve-se obter os recursos da região ocupada e estabelecer uma reserva de meios, para fazer face a eventuais necessidades, deve-se ainda escalonar os armazéns tanto quanto possível para fornecer todas as linhas de operações e aumentar as regiões passíveis de serem exploradas e em regiões empobrecidas, não se afastar demasiado dos armazéns, ou então levar consigo as reservas de abastecimentos. Nas guerras nacionais (em que a população destrói tudo), o interior é fulcral, fornecendo abastecimentos para a frente de combate, com a preocupação de que os abastecimentos devem ser fáceis de transportar, e as carruagens rijas e lestras, podendo-se empregar os rios navegáveis tanto quanto possível.

20 Em cada uma destas zonas deveria haver um Comando e Forças Militares destacadas em permanência, com a missão de regularizarem os alojamentos e protegerem as autoridades civis, os correios e as pontes, sendo da máxima importância estabelecer nestas regiões, pequenos armazéns e dispor de carruagens de transporte, com vista a permitir um abastecimento fluido e constante, pois as campanhas napoleónicas, quase sempre de longa duração e extensas na profundidade dos seus objectivos levaram Jomini a equacionar uma verdadeira manobra logística em apoio da manobra táctica.

21 As seis partes distintas em que Jomini enquadra e orienta o fenómeno da guerra, referem que a primeira era a política da guerra; em segundo lugar a estratégia, os seja, a arte de bem dirigir as massas sobre o teatro de guerra, quer seja para invasão de um país ou para defesa do seu; em terceiro lugar a táctica das batalhas e dos combates; em quarto lugar a logística ou a aplicação prática da arte de manobrar os Exércitos; em quinto lugar, a arte do ataque e da defesa e em último lugar é a táctica do detalhe. Considera ainda como um factor crítico a filosofia e o aspecto da moral que combinados com os factores anteriormente apresentados constituem as variáveis da equação da arte da guerra para Jomini (Jomini, 1977, 20).

22 Temática inovadora onde são introduzidos conceitos válidos que ainda se encontram actuais. Neste contexto, as asserções de Jomini sobre as qualidades necessárias ao Comandante Supremo do Exército reflectem o capítulo sobre o génio militar, em que descreve duas qualidades essenciais para o Comandante Supremo: a coragem moral, que leva a grande determinação e sangue frio e a coragem física perante o perigo, afirmando que a competência social é mais importante que a capacidade intelectual para o Comandante Supremo, uma vez que este será coadjuvado pelo seu Chefe de Estado-Maior e pelo respectivo Estado-Maior.

23 Antoine Henri Jomini, In, «*Précis de l'Art de la Guerre* » (nota de rodapé), 1977, página 17.

24 Esta edição é a reprodução integral da edição publicada em 1855, Ch. Tanara, Éditeur em Paris.